

Previsão de crescimento empurra debate sobre a reforma tributária

Prazo para equipe econômica apresentar propostas é fixado para 15 de março

TÂNIA MONTEIRO
e LILIANA LAVORATTI

BRASÍLIA – A certeza de que o País poderá crescer a índices superiores aos 4% ou 4,5% previstos pelo governo com o avanço na reforma tributária fez com que o presidente Fernando Henrique Cardoso determinasse à equipe econômica que apressasse as propostas para serem apresentadas às lideranças no Congresso até o dia 15 de março.

A ordem foi dada antea-tem, numa reunião no Palácio da Alvorada com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP). A

novidade foi a discussão sobre a possibilidade de unificar as alíquotas de ISS dos municípios, já que as prefeituras disputam investimentos das empresas em troca da redução dos tributos municipais.

As outras duas prioridades do governo são os projetos de desoneração das exportações e de simplificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que seria unificado por produto. O governo acha também que conseguirá, sem dificuldades, aprovar um tributo para substituir a Parcela de Preços Específica (PPE), uma sobretaxa nos preços dos combustíveis destinada a engordar os recursos do Tesouro Nacional. O Executivo encaminhou, no ano passado, projeto ao Congresso propondo a criação de uma contribuição de intervenção sobre o domínio econômico, para ser cobrada no lugar da PPE.

Decisão política – Fernando Henrique disse que tocar a reforma tributária é uma decisão

política, que será posta em prática. “Podemos dar um salto maior para preparar taxas de crescimento mais altas”, afirmou. A data de 15 de março foi indicada para a apresentação das propostas porque é o prazo para que o governo possa começar a negociar com as novas Mesas e presidências de comissões no Congresso.

Há uma questão, no entanto, que vai precisar ser muito bem discutida pelo governo, nos debates sobre os pontos a serem destacados na reforma tributária: o fim da “guerra fiscal” praticada pelos Estados por meio de redução nas alíquotas do ICMS. Os Estados que deram incentivos às indústrias até 2010 ou 2020, em setores como automóveis e informática, por exemplo, não podem romper os contratos com as empresas.

O impasse, evidenciado nas discussões da reforma tributária ocorridas nos dois últimos anos, gira em torno de quem pagará o custo desses incentivos, já que os contratos terão de ser cumpridos.

No âmbito do governo federal, a desoneração das exportações é consenso. Mas isso não elimina a dificuldade que o Executivo terá para encontrar uma saída que ao mesmo tempo atenda à principal demanda do empresariado e dos políticos e não resulte em queda de arrecadação.

Como os tributos ainda existentes sobre as exportações são federais, não há possibilidade de desonerar as exportações sem mexer na Cofins e no PIS-Pasep. Ocorre que essas contribuições, cujas receitas não são repartidas com Estados e municípios, vêm aumentando cada vez mais seu peso na arrecadação federal.

O presidente da comissão especial da reforma tributária na Câmara, Germano Rigotto (PMDB-RS), disse ontem que vê com otimismo a retomada da discussão da matéria pelo governo, mas acha necessário que as novas propostas do Executivo fiquem prontas até dia 15, quando o Congresso retomará as suas atividades normais.

GUERRA
FISCAL
AINDA É
EMPECILHO